Ao(À) senhor(a) parlamentar da bancada goiana na Câmara dos Deputados

Vossa Excelência,

Como integrante do quadro de servidores efetivos do Poder Judiciário de Goiás, categoria que concentra mais de 4 mil profissionais em todo o Estado, solicito ao(à) senhor(a) o voto contrário ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016. O texto, que tramita nesta Casa legislativa, tem como objeto o ajuste de dívidas dos Estados com a União, condicionado à adoção, nas unidades federativas, de medidas que atentam contra os servidores públicos, como o congelamento dos salários por um período de dois anos.

São parte dessas medidas também a proibição do pagamento de quinquênios e anuênios e de férias e licenças não usufruídas, além da suspensão da realização de concursos públicos e da não contratação dos aprovados em certames. Se concretizado o ajuste nesses moldes, a sociedade testemunhará uma clara afronta à autonomia dos poderes constituídos, como o Poder Judiciário, de onde tiro o meu sustento e da minha família.

Lembro ao(à) senhor(a) que inclusive a nossa data-base, o único meio adotado até então para atualização dos nossos vencimentos frente à inflação, pode ser ameaçada por possível manobra do Executivo. Portanto, acreditando, com meus colegas de trabalho, amigos e familiares, no compromisso que o(a) senhor(a) tem com o funcionalismo público e os serviços prestados à sociedade, reitero aqui o meu pedido, esperando de vossa excelência um categórico **NÃO ao PLP 257/2016**.